

A GEOPOLÍTICA BRITÂNICA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LIBRA¹

Mauricio Metri²

Introdução

Poucas foram as moedas que assumiram posição de destaque para *todo* o conjunto da economia internacional, servindo como a moeda de cotação, liquidação e de reserva de valor para as transações que envolvessem pagamentos e recebimentos, créditos e débitos entre diferentes sistemas monetários nacionais independentes. Apenas a libra esterlina, depois da Guerra Franco-Prussiana (1871), e o dólar norte-americano, desde a 2ª Guerra Mundial, alcançaram tal preeminência.

Antes, quando não havia uma moeda de referência de âmbito global, é controverso supor que as transações entre diferentes espaços político-territoriais se baseassem em operações de escambo; ou que deixassem de acontecer; ou ainda que alguma mercadoria tivesse sido escolhida para desempenhar as funções de equivalente geral e meio de troca. O que a pesquisa histórica tem revelado é que, nesses casos, as transações “internacionais” envolviam: ou (i) uma operação casada entre exportação e importação intermediada pela moeda de conta do espaço político territorial onde se dava geograficamente a transação³; ou então (ii) a utilização de instrumentos de crédito (letras de câmbio, por exemplo) que permitiam a conversão cambial de valores entre diferentes

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no I Simpósio do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ, em novembro de 2011.

² Professor de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: metri.mauricio@gmail.com

³ Nesse caso, para importar qualquer mercadoria é preciso vender algo (exportar), de modo a auferir a moeda local e, por meio dela, adquirir o que se deseja importar. Ver Goitein (1967, 200) e Metri (2014, 192-198).

moedas de conta⁴.

Desde o século XVI, o espaço de circulação da libra ampliou-se para além das fronteiras da Inglaterra, estabelecendo-se como a primeira moeda de referência internacional depois de 1871. Associado a isso ocorreu a globalização do padrão monetário libra-ouro. O objetivo do presente artigo é analisar a internacionalização da moeda inglesa, a libra esterlina, ao longo dos séculos XVII-XIX. A perspectiva analítica em privilégio é a de que tal processo acompanhou o movimento defensivo e expansivo do poder inglês em resposta às ameaças de então e, portanto, resultado da própria geoestratégia britânica.

Além desta introdução e de uma conclusão ao final, o presente artigo contém três outras secções. Na próxima, analisam-se em termos gerais as relações entre geopolítica e a internacionalização de uma moeda. Posteriormente, realiza-se uma breve descrição da geoestratégia inglesa desde o século XVI. Desse modo, pretende-se ter claro os parâmetros que nortearam as ações responsáveis pelo alargamento do território monetário da libra, tema da última secção antes da conclusão.

Da Geopolítica aos Territórios Monetários: breves notas teóricas

O termo *coerção geográfica* criado pelo historiador Fernand Braudel refere-se a uma das estruturas que balizam a História do Homem e atuam sobre este como “prisões de longa duração” (Braudel 1990, 50). Em algumas de suas obras⁵, o autor incorporou a geografia como ponto de partida de suas análises, mais precisamente as relações do espaço com os movimentos dos homens, a fim de revelar uma das realidades que constroem os percursos das sociedades ao longo do tempo⁶ (Metri 2017b).

Para o sistema internacional, a geografia também tem influenciado sua história desde suas origens medievais até o presente, assim como as relações interestatais que lhe são próprias, sobretudo quando interpretadas com viés *hobbesiano*, no sentido de que cada unidade político-territorial se constitui numa ameaça em potencial às demais⁷. Isso torna a perspectiva de confronto

4 Nesse caso, é preciso haver uma rede de centros de compensação de instrumentos financeiros próprios à conversão cambial, como a letra de câmbio de outrora. Ver Goitein (1967, 242) e Metri (2014, 172-175).

5 Destaques para Braudel (2000).

6 Braudel (1990, 49-50).

7 Hobbes (1983, 75).

e as próprias guerras num resultado crônico do sistema, marcado por uma perene pressão competitiva de *uns em relação aos outros* (Metri 2017b).

O importante a se perceber nesse contexto é que o saber geográfico adquire caráter estratégico, transformando-se numa necessidade para as autoridades centrais que comandam as unidades político-territoriais do sistema internacional. São ao menos três as razões desse *imperativo geoestratégico*. Em primeiro lugar, o conhecimento e o estudo permanente dos mais diversos aspectos que caracterizam o espaço geográfico é imprescindível à formulação de qualquer estratégia de segurança de preparação para a defesa e/ou conquista (razão militar)⁸. Em segundo lugar, o desenvolvimento contínuo das forças produtivas e das atividades necessárias ao provimento dos recursos materiais relativos ao esforço de preparação permanente para a guerra não ocorre à revelia das especificidades do espaço geográfico ocupado e organizado para tais fins (razão econômica)⁹. Em terceiro, o esforço de guerra requer a organização de um sistema tributário de pagamentos, estruturado com base em uma moeda, que viabilize de forma constante tanto a extorsão de recursos materiais e humanos situados no espaço geográfico de dominação, quanto o desenvolvimento das atividades produtivas em geral (razão monetária)¹⁰.

Não por outros motivos, entre as grandes potências disseminam-se reflexões geopolíticas e também geoeconômicas, embora poucas de caráter geomonetário, acerca do seu espaço de interesse para delinear suas (geo)estratégias (militar, política, econômica, monetária e financeira) frente a ameaças externas e a desafios de ordem interna. Busca-se aproveitar vantagens e/ou mitigar vulnerabilidades.

Sobre os desafios geomonetários, é preciso entender que a tributação se constitui num dos instrumentos utilizados para ocupação, organização, estruturação e exploração de um espaço geográfico, sobretudo para tornar possível tanto a extorsão dos recursos (materiais e humanos), quanto o desenvolvimento econômico associados ao esforço de defesa e conquista. Por sua vez, a moeda nada mais é do que a contrapartida da tributação, ou seja, o instrumento utilizado pela autoridade central para realizar seus gastos e aceito por ela para liquidação de dívidas tributárias, como definido em Knapp (2003, 32-38).

A capacidade de declarar (impor) a condição de devedor (de tributo) à coletividade sobre a qual exerce dominação é o que garante à autoridade central o privilégio exclusivo de proclamar (anunciar) como tais obrigações

8 Lacoste (2008, 23).

9 Gottmann (1975, 534-535).

10 Metri (2014, 134).

devem ser liquidadas. Apenas a autoridade central, cuja legitimidade dentro de um espaço geográfico assenta-se no domínio dos mecanismos de violência e coerção física, tem a faculdade de criar uma moeda de conta, definir o meio de troca e garantir reconhecimento social de ambos¹¹. Com efeito, toda unidade monetária é uma denominação arbitrária. Depende de um poder que a escreva e a proclame (Knapp 2003, 21-22).

Sendo assim, os limites territoriais de validade e circulação de uma moeda estão ligados diretamente ao alcance dos mecanismos de tributação ou, mais adequadamente, ao espaço de efetivo exercício da violência. Pode-se falar, então, de território monetário derivado de processos sociais relacionados ao fortalecimento e à expansão de uma autoridade central (Metri 2014, 65-70). De tal modo, se se supuser que essas autoridades centrais (Estados, por exemplo) atuam a partir de desafios geopolíticos e/ou geoeconômicos, a forma que assume a organização monetária de seus territórios responderá às características desses desafios e das geoestratégias envolvidas. Esta é a conexão entre geopolítica e moeda de um ponto de vista teórico, onde o elo de ligação dá-se por meio do conceito de território enquanto espaço geográfico acessível ao homem, cuja organização, uso e ocupação são definidos por processos e intervenções políticas permanentes¹².

Na Economia Política Internacional (EPI), o debate sobre a internacionalização de uma moeda tem como parâmetro central as vantagens procuradas pelo conjunto dos agentes (políticos e econômicos) que operam em âmbito internacional. Existe uma ideia subjacente de que se trata de escolhas livres, prevalecendo a moeda nacional que obtiver mais adesões ou, ao menos, as mais importantes¹³. O importante é notar que, em geral, não se considera a possibilidade de a internacionalização de uma moeda relacionar-se à capacidade de o Estado com maior poder político-militar compelir os demais agentes e autoridades centrais a operarem com base em sua moeda nacional. Isto porque há uma dificuldade comum ao tratamento conferido à dimensão do *poder* em assuntos monetários. A categoria *poder* aparece como condição histórica e não como dimensão teórica relevante; uma categoria externa e estranha ao conceito de moeda de que partem (Metri 2014, 36-39).

De acordo com a perspectiva em privilégio neste trabalho, a internacionalização de uma moeda decorre diretamente da projeção e das conquistas da potência mais bem sucedida nas disputas geopolíticas globais. São processos cujas dinâmicas se manifestam em grande medida ao final de conflitos

11 Este é o conceito de moeda cartal. Knapp (2003, 35).

12 Gottmann (1975, 525-526).

13 Helleiner e Kirshner (2009, capítulo 1).

internacionais e nas negociações internacionais que os acompanham. Com efeito, a metodologia que organiza a informação histórica relevante baseia-se nos seguintes aspectos gerais. O primeiro são as conquistas territoriais, rotas comerciais, construções de sistemas coloniais e outras formas de expansão do espaço de dominação direta. Nesse caso, ocorre uma ampliação do alcance da tributação, assim como a possibilidade de (re)estruturação da vida econômica dos espaços tomados de modo a se instituir ali necessidades de importação e financiamento na moeda expansiva, associado muitas vezes à imposição do *exclusivismo comercial metropolitano* (Metri 2014, 87-88). Como será visto, algo comum à história inglesa.

O segundo aspecto é a construção de relações econômicas hierarquizadas e assimétricas entre diferentes autoridades centrais, provenientes da negociação de acordos desiguais de natureza comercial, financeira ou de investimento, na maioria das vezes associados a contextos de guerras e disputas interestatais. Em alguns casos há a definição de uma moeda específica como a de referência, cuja “escolha” reflete justamente as relações de força e poder entre as autoridades centrais envolvidas. Em outros casos, ocorre o acúmulo de desequilíbrios nas contas externas das autoridades centrais desfavorecidas nas negociações, cuja solução envolve o recurso ao endividamento na *moeda expansiva* (Metri 2014, 88-89). Esta foi também uma dinâmica bastante comum na história da internacionalização da libra.

O terceiro aspecto é a dominação dos espaços estratégicos e das zonas de acumulação acelerada de riqueza característicos de cada período histórico, como, por exemplo, rotas e entrepostos comerciais, mercados consumidores, fontes de matérias-primas, etc. Dominados tais espaços e zonas, os demais estados tornam-se compelidos a operar com base na moeda arbitrada pelo poder expansivo, pois, do contrário, estariam deles excluídos. Dependendo da importância estratégica de tais espaços e zonas, seu domínio significa um veto às iniciativas de projeção de poder e riqueza dos demais (Metri 2014, 89-91). Como será visto, essa foi, por exemplo, a forma de enquadramento da Alemanha logo após sua unificação.

Por fim, cabe observar que, por conta das significativas vantagens em se possuir a moeda de referência, as disputas monetárias internacionais adquirem importante status na competição entre as grandes potências. A projeção bem sucedida de uma determinada moeda significa um veto a outras iniciativas semelhantes, além da imposição e da generalização do problema da restrição externa. Portanto, assim como nas lutas de poder, as disputas monetárias assumem a forma de um jogo sistêmico de posições relativas, onde a ascensão de um representa a queda de outros.

A Geoestratégia Inglesa em Perspectiva Histórica

Descritas breves notas sobre geopolítica e territórios monetários, volta-se então a uma narrativa concisa acerca da evolução da (geo)estratégia inglesa ao longo do tempo, de modo a se ter claro o pano de fundo e os parâmetros que nortearam as ações responsáveis pelo alargamento do território monetário da libra ao longo dos séculos.

Para diversos autores¹⁴, desde a Idade Média Plena (séc. XI-XIII), as relações entre as autoridades centrais de então se orientavam, em última instância, pela percepção de ameaça recíproca, forjando, com efeito, uma *pressão competitiva*, cuja dinâmica respondia ao desafio de zelar pela existência social de seu grupo, impelindo à conquista de terras fronteiriças e à submissão dos vizinhos próximos. Tal dinâmica acabou por moldar as próprias relações *interestatais* séculos mais tarde em escala global¹⁵.

Com o surgimento da Dinastia Plantageneta (1154-1399), as fronteiras do reino passaram a abarcar a Inglaterra e também domínios continentais expressivos¹⁶. Sua “geoestratégia” orientava-se pela lógica de expansão das fronteiras contra inimigos contíguos e ameaças diretas próximas, fosse no continente ou no conjunto das Ilhas Britânicas, buscando ampliar as zonas de proteção e o provimento de recursos materiais.

No entanto, com o malogro na Guerra de Cem Anos (1337-1453), os ingleses deixaram de disputar posições no continente e:

Entre 1453 e 1558, entre o fim da Guerra de Cem Anos e a retomada de Calais por Francisco de Guise, a Inglaterra, sem ter consciência disso na época, tornou-se uma ilha (perdoem-me a expressão), isto é, um espaço autônomo, distinto do continente. Até esse período decisivo, a despeito da Mancha, a despeito do mar do Norte, a despeito do estreito de Calais, a Inglaterra estava corporalmente ligada à França, aos Países Baixos, à Europa (Braudel 1998, 326).

O fato de ter que assumir sua insularidade, por conta de uma derrota militar, ocorreu em simultâneo à ascensão de novas ameaças provenientes do Continente, o Império Habsburgo e o Reino da França, ambas com expressiva extensão territorial. Ademais, com a Reforma de 1534, a Inglaterra fundou sua

14 Elias (1993), Tilly (1993) e Fiori (2004).

15 Elias (1993, 47).

16 Elias (1993, 111).

própria religião, a Anglicana, afastando-se da Igreja Católica de Roma e instaurando o monarca britânico como seu chefe supremo. Reforçou, portanto, os antagonismos contra seus inimigos católicos continentais, França e Espanha (Metri 2017b).

Contudo, houve uma revolução geográfica do sistema internacional com efeitos significativos para a Inglaterra, devido às expansões russa na Eurásia a partir de 1462¹⁷ e ibérica ultramarina a partir de 1488¹⁸ (Mello 2011, 43). Diante desse quadro, a Inglaterra empreendeu uma progressiva transformação de sua geoestratégia, deixou de se orientar por lutas territoriais fronteiriças no continente e passou a buscar a preservação do equilíbrio de poder europeu, assim como a sua projeção além-mar¹⁹. Priorizou, com efeito, o desenvolvimento de suas marinhas de guerra e mercante, ou seja, de um expressivo poder naval, visando o controle dos mares, a construção de um império colonial e posições privilegiadas em diversos tabuleiros. Esta mudança estratégica, mesmo que sem completa formulação e consciência de seu alcance e profundidade, só foi possível na extensão em que ocorreu em razão da descoberta do Novo Mundo e das novas rotas de navegação para o Extremo Oriente (Metri 2017b).

Cada passo bem sucedido da projeção inglesa, de suas conquistas em diferentes tabuleiros ao longo do tempo, baseado nessa nova geoestratégia, determinou os avanços territoriais da libra para além de seu espaço político de origem, uma vez que destas conquistas derivaram tributos, monopólios comerciais, tratados e acordos desiguais dos mais variados, cuja consecução implicava (direta ou indiretamente) a arbitragem de uma unidade monetária de referência, garantindo assim a expansão da libra. Esta é a conexão central sugerida entre poder e moeda, geopolítica e território monetário para interpretação do processo de ascensão da libra à condição de primeira moeda (nacional) de referência efetivamente global.

Desde então, dois foram os parâmetros basilares da geoestratégia inglesa: consolidar-se como mais importante poder naval em âmbito global; e atuar para preservação do equilíbrio de poder no continente Europeu e, depois, também em toda a massa eurasiática.

Num primeiro momento, entre 1516 e 1659, embora a dinâmica fosse a de um jogo sistêmico, em que não havia aliados permanentes tampouco

17 The Times (1993, 158-159).

18 The Times (1993, 152-153).

19 Por isso que Mackinder dividiu a história da Inglaterra em antes e depois de Colombo. "Before Columbus, the insularity was more evident than the universality. (...) After Columbus, value began to attach to the ocean-highway, which is in its nature universal" (Mackinder 1902, 11).

inimigos perenes, o foco das preocupações em geral recaíram sobre o Império Habsburgo, com seus extensos territórios no continente europeu e seus ricos espaços coloniais além-mar²⁰. Num segundo momento, entre 1660 a 1815, as preocupações em geral recaíram com maior ênfase sobre a França, desde o fim da Guerra de Trinta Anos (1648), mas sobretudo depois da ascensão efetiva de Luis XIV em 1661²¹. Receios estes que se preservaram até a derrota das tropas de Napoleão em 1815. No Século XIX, as preocupações voltaram-se para a Rússia que, antes mesmo dos Acordos de Viena, já se constituía numa das principais ameaças²².

Por um lado, as origens do “Grande Jogo” entre Inglaterra e Rússia na Ásia remontam aos Tratados de Gulistan de 1813 e de Turkmanchai de 1828, quando a Pérsia cedeu à Rússia importantes territórios na região do Cáucaso Sul²³. Por outro, a própria montagem do Concerto Europeu nas negociações de Viena em 1814 revelou as prioridades geoestratégicas britânicas. Se a Quádrupla Aliança era “destinada a cortar pela raiz, com força esmagadora quais quer tendências agressivas da França” (Kissinger 2007, 68), de forma a assegurar o equilíbrio europeu no continente; a Santa Aliança, promovida indiretamente pela Inglaterra, destinava-se a amarrar as iniciativas russas às ações de seus demais parceiros, o que significou certo poder de veto à Áustria, aliada da Inglaterra²⁴.

Essa prática da política imperial inglesa ao longo do século XIX, serviu de pano de fundo para a formulação da síntese de sua geoestratégia, desenvolvida por Mackinder em 1904. Em sua concepção, existe um único oceano de águas interligadas (*Great Ocean*) e um grande continente (*World Island*), formado pela Ásia, Europa e África. No coração da Ilha Mundo, está o *Heartland*, “(...) uma fortaleza inacessível ao assédio do poder marítimo das potências insulares ou marginais da Eurásia, favorecendo ao mesmo tempo o desenvolvimento do poder terrestre da potência continental que possuísse ou viesse a conquistar aquele região basilar” (Mello 2011, 45). No entorno do *Heartland*, encontram-se quatro regiões marginais que se projetam ao Grande Oceano: a Europa; a Índia; a China; e o Oriente Próximo. “Ao contrário da área-pivô, essas regiões marginais bifrontes localizam-se dentro do raio de ação do poder marítimo” (Mello 2011, 45). Portanto, havia uma disputa pelas posições estratégicas nas regiões marginais, já que esta era uma região de

20 Kennedy (1989, 44-45).

21 Kennedy (1989, 80).

22 Kennedy (1989, 168).

23 Dalziel (2006, 80).

24 Kissinger (2007, 70).

natural projeção do poder terrestre consolidado no *Heartland* (Rússia), como também se constituía na primeira linha de defesa do poder marítimo (Inglaterra) frente ao poder terrestre. Não é por outra razão, como será visto, que importantes áreas do processo de expansão da moeda inglesa localizavam-se nessas regiões marginais de contorno ao *Heartland* de que falou Mackinder.

Em suma, se num primeiro momento a expansão da libra coincidiu com as conquistas territoriais próprias do Medievo, incorporando sobretudo as áreas contíguas, num segundo momento, em razão da alteração geoestratégia britânica, a expansão da libra passou a estar ligada à expansão além-mar inglesa com base em sua geoestratégia global.

A Expansão do Território Monetário Inglês

Debatida a evolução da (geo)estratégia inglesa, as atenções se voltam nesta secção às ações político-militares por ela orientadas que resultaram no alargamento do território monetário da libra. No âmbito deste trabalho não é possível, contudo, realizar uma descrição cronológica exaustiva do processo de incorporação de todas as regiões que pertenceram de alguma modo e em algum momento ao espaço monetário inglês. Optou-se, assim, por analisar alguns dos casos mais importantes do ponto de vista da geopolítica inglesa, identificando quando possível os elementos que evidenciam o caráter expansivo e impositivo relacionado à internacionalização de uma moeda.

As Primeiras Conquistas Coloniais

Um dos primeiros passos da Inglaterra na construção de seu sistema colonial ocorreu em 1497, com a reivindicação da Ilha de Terra Nova no Canadá, anexada de fato em 1583. No entanto, o crescimento de seu império ganhou impulso efetivo no início do século XVII, em duas regiões principais: na América do Norte e nas Antilhas e Caribe. Numa dinâmica marcada por avanços e retrocessos, as conquistas na América do Norte foram: Virginia (1607); Massachusetts (1620); New Hampshire (1623); Maryland (1632); Rhode Island (1636); Connecticut (1639); New York (1664); New Jersey (1665); Pennsylvania (1681). Nas Antilhas e Caribe, os ingleses dominaram: St. Lucia (1605); Bermuda (1609); Barbados (1624); Barbuda (1628); Nevis (1628); Bahamas (1629); Montserrat (1632); Antigua (1632); Anguilla (1650); Jamaica (1655); Nicaragua (1658); British Virgin Island (1666); Cayman Island (1670); e Turks and Caicos Island (1678). Houve também algumas conquistas na Áfri-

ca, Ghana (1621) e Gambia (1661), além da Ilha de Santa Helena, ocupada em 1651. No subcontinente Indiano, os ingleses deram seus primeiros passos também no século XVII ao se estabelecerem em Bombaim em 1665²⁵.

Em geral, os territórios coloniais eram tributados ou diretamente em libras esterlinas ou em moeda local emitida pela administração da colônia. No segundo caso, a questão cambial foi sempre motivo de disputas entre as autoridades da metrópole e as locais. De todo modo, as exportações das colônias eram precificadas em libras, assim como suas importações em geral, em razão do *exclusivismo metropolitano*, inserindo as coloniais no território monetário da metrópole. Por outro lado, a vida econômica nas colônias era (re)estruturada com foco na produção de *commodities* voltadas aos mercados exteriores, o que as tornava dependentes de uma ampla pauta de bens importados negociados em geral em libras²⁶. Mesmo no caso dos *domínios brancos*, etc., o que tinha importância estratégica à Inglaterra permanecia de alguma forma sob forte controle da metrópole²⁷.

É importante notar que, neste período, a moeda inglesa ainda possuía uma posição secundária no contexto europeu. Nas negociações do Tratado de Dover (1670) entre Luis XIV (1643-1715) e Carlos II (1660-1685), acordou-se o apoio da Inglaterra à França contra a Espanha e a Holanda no entreatos das Guerras de Devolução (1667-68) e da Holanda (1672-78). Em troca, dentre outras coisas, o monarca inglês recebeu uma ajuda financeira, cujos valores foram definidos em termos da moeda francesa, o *livres tornois*, e não o contrário²⁸.

Os Tratados Desiguais Anglo-Portugueses

Durante as Guerras de Restauração (1640-1668), o Reino de Portugal procurava apoio que lhe conferisse garantias contra seus inimigos de então, a Espanha no continente e as Províncias Unidas além-mar. Dada a ambiguidade da política da França, a monarquia portuguesa direcionou seus esforços à Inglaterra²⁹. A esta importava evitar uma aproximação de Portugal com seus

25 Smith (2003, 927-962), Dalziel (2006, 136-37) e Ferguson (2003, 43-47).

26 “Toda nação europeia se empenhou, em maior ou menor grau, em obter para si o monopólio do comércio de suas colônias, e, por essa razão, proibiu navios de nações estrangeiras de fazerem comércio com elas, além de proibi-las de importar mercadorias europeias de qualquer nação estrangeira” (Smith 2003, 726-727).

27 Smith (2003, 726-727).

28 Ogg (1984, 344).

29 Batista (2014, 44-48).

inimigos continentais, buscando preservar o equilíbrio de poder na região. Assinaram uma sequência de Tratados Comerciais (1642, 1654 e 1661), que culminou com o famoso Tratado de Methuen de 1703. No geral, em troca de apoio contra ameaças externas, Portugal cedia territórios, como Bombaim em 1665, e permitia uma inserção privilegiada dos comerciantes ingleses no reino e nas suas colônias.

De acordo com os propósitos deste trabalho, cabe sublinhar que desde o Tratado de 1652 ficaram estabelecidas obrigações na moeda inglesa. Nos “(...) artigos preliminares do Tratado de Paz, assinados em 29 de dezembro de 1652, (...) exigia-se (...) indenização no valor de ‘50 000 libras de boa moeda inglesa’ (art.IV); (...)” [grifo nosso] (Batista 2014, 48). Por outro lado, bastaram alguns anos para que os desequilíbrios econômicos entre os dois países se avolumassem. Antes mesmo da eclosão da Guerra de Sucessão Espanhola em 1701,

(...) já havia um forte desequilíbrio na balança comercial entre Inglaterra e Portugal [resultado dos tratados comerciais] (...). D. Luís da Cunha [representante diplomático de Portugal em Londres] já antevia que o pagamento dos crescentes saldos da balança comercial, se faria em ouro, e não pela importação dos ‘frutos da terra’. (...) A saída de ouro, necessária para o pagamento dos excessivos saldos desfavoráveis a Portugal, era, aos olhos de D. Luís da Cunha algo impossível de se manter no tempo, pela escassez deste recurso (Silva 2003, 63).

Ou seja, em razão dos acordos assinados, para viabilizar as importações oriundas da Inglaterra, os lusitanos eram obrigados a vender, por exemplo, ouro (ou algum outro produto) para assim obter as libras necessárias ao reequilíbrio de suas contas externas com a Inglaterra.

A aproximação entre Portugal e França em 1701³⁰ foi revertida pelos ingleses dois anos depois. Para tanto, enviaram navios ao Mediterrâneo e ameaçaram sitiá-la cidade de Lisboa³¹. Compelida, a coroa lusitana se afastou da França e assinou um Tratado de Aliança Defensiva com a Inglaterra em maio 1703, cujo representante inglês nas tratativas foi Paul Methuen³². Alguns meses depois, ainda no início da Guerra, os dois países voltaram à mesa de negociações e assinaram o Tratado Comercial de Panos e Vinho de dezembro de 1703, uma espécie de *aditivo* ao acordo de Aliança Defensiva, cujo negocia-

30 Silva (2003, 70).

31 Silva (2003, 71).

32 “Fundamentalmente, os Aliados prometeram segurança naval e terrestre ao Estado português e requereram direito de acesso aos portos lusitanos para que realizasse o desembarque das tropas, parte das quais se aliará ao exército lusitano” (Batista 2014, 90).

dor inglês nessa oportunidade foi John Methuen, pai de Paul.

Portanto, não se entende adequadamente o significado deste Tratado Comercial Assinado por Methuen (pai), consagrado na literatura econômica por Ricardo em sua Teoria das Vantagens Comparativas, se ele for pensado de modo dissociado ao Tratado de Aliança Defensiva de maio de 1703 assinado por Methuen (filho)³³. De todo modo, ambos os Tratados de Methuen (pai e filho) reforçaram tanto os laços político-militares quanto os desequilíbrios econômicos entre os dois países, contribuindo, também, para a inserção do Reino de Portugal e de suas Colônias no espaço monetário da libra nos séculos seguintes.

Os Espólios da “Segunda Guerra de Cem Anos”

Os sucessivos tratados de paz que encerravam cada uma das guerras de que participou a Inglaterra entre 1689 e 1815 revelam sua estratégia de defender, de um lado, o equilíbrio de poder na Europa e, de outro, disputar o controle dos mares e construir um império colonial.

O Tratado de Ryswick pôs fim à Guerra de Nove Anos (1689-1697) e estabeleceu, dentre outras coisas, a renúncia de Luis XIV a parte de suas conquistas, o reconhecimento de Guilherme de Orange como Rei da Inglaterra, a cessão da Ilha de Terra Nova e da Baía de Hudson aos ingleses.

Nos Tratados de Utrech (1713) e de Rastatt (1714) que encerraram a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), definiu-se que a França abandonaria suas pretensões sobre a Nova Escócia e a Ilha de Terra Nova, chave para o controle da embocadura do Rio São Lourenço, assim como da Baía de Hudson. Exigiu-se o fechamento do porto de Dunquerque, o que proporcionou o domínio do Canal da Mancha e do Mar do Norte. Reconheceram a sucessão na Inglaterra, e o equilíbrio de poder no continente se manteve com a separação dos reinos espanhol e francês. A Espanha cedeu à Inglaterra Gibraltar e Minorca, decisivos para navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Por fim, em relação à América espanhola,

(...) a Inglaterra obtinha da Espanha o “navio de licença”, que lhe permitia instalar seu comércio no Rio da Prata, e o *asiento* – concessão exclusiva do tráfico negreiro a uma companhia inglesa – por trinta anos. Assim, a Inglaterra expandia para toda a América espanhola o comércio clandestino, que até então praticava com base nos portos antilhanos e da Nova Inglaterra, além do Brasil (Armstrong 2014, 64).

33 Batista (2014, capítulo 5).

Estruturaram-se, com efeito, algumas assimetrias favoráveis aos comerciantes ingleses em determinados negócios das colônias espanholas. Nota-se, no entanto, que no 2º artigo do Tratado de Asiento de 1713 os valores a serem pagos pelas colônias à Companhia Mares do Sul foram denominados em termos da moeda do Império Espanhol (escudos de pesos)³⁴.

A Guerra de Sete Anos (1756-63) confirmou a dominação inglesa no Canadá e na Índia, acabando com a influência francesa nessas regiões. Em geral, destacam-se: a aquisição de Benguela e a confirmação de Bombaim (1757) na Índia; a conquista de Dominica (1761), Grenada (1763) e Trindade e Tobago (1762) no Caribe; além da primeira ocupação das Falklands (1766) e da reivindicação da Nova Zelândia (1769)³⁵.

As Guerras Napoleônicas permitiram à Inglaterra a aquisição de novos territórios coloniais. Podem-se mencionar: Sri Lanka (1795-96); Serra Leoa (1787); Malasya (aquisição de Penang 1786); Malta (1798); o Cabo da Boa Esperança; as províncias marítimas do Ceilão; Maurício; Seycheles; e algumas ilhas no Caribe³⁶.

O historiador Eric Hobsbawm resumiu o resultado da política inglesas no séc. XVIII da seguinte forma:

O resultado desse século de guerras intermitentes foi o maior triunfo jamais obtido por qualquer Estado: o virtual monopólio entre as potências européias, de colônias externas e o virtual monopólio de poder naval em escala mundial. Além disso, a própria guerra – ao mutilar os principais competidores da Grã-Bretanha na Europa – fazia expandir as exportações; se para alguma coisa servia a paz era para diminuí-las (Hobsbawm 2000, 47).

Pode-se dizer que na esteira desses triunfos da Inglaterra, colônias, poder naval e expansão comercial, a libra consolidou as bases de sua posterior e efetiva globalização.

A Dominação do Subcontinente Indiano e do Sudeste Asiático

Como visto, a derrota francesa na Guerra de Sete Anos representou o fim da presença de suas companhias na Índia, tornando a Companhia Inglesa

34 Tratado de Asiento (1713). Disponível em: https://archive.org/details/cihm_28677.

35 Dalziel (2006, 136-137).

36 Dalziel (2006, 136-137).

das Índias Orientais o poder estrangeiro dominante³⁷. Nas regiões em que se fazia presente, além do monopólio do comércio exterior, a companhia assumiu o controle dos sistemas tributários e monetários já estabelecidos³⁸, como também instituiu a pilhagem como uma prática comum³⁹.

Não demorou muito, no entanto, para a Companhia implementar uma reforma monetária com vista a uma extorsão mais eficiente da população local. Em 1778, introduziu a nova rúpia como moeda local, o que representou “(...) definir a taxa de conversão da velha na nova rúpia, e esta foi uma forma indireta de tributação, uma vez que agora mais rúpias teriam de ser entregues para quitar os impostos devidos ao governo” (Guimarães 2010, 115).

Uma petição da época corrobora a perspectiva a respeito do caráter compulsório da moeda relacionado à tributação para a organização de um sistema de extorsão.

Ainda mais precisa é uma petição dirigida pelos grandes proprietários de terra [em Bengala] ao Conselho do país. ‘Os entrepostos dos senhores ingleses são numerosos (...) quase nenhuma parte de Bengala lhes escapa. Comerciam... com todo tipo de grão, de tecidos e com todas as mercadorias que o país pode oferecer. Para obter tais artigos, **forçam os camponeses a aceitar sua moeda**, e havendo assim comprado pela violência essas mercadorias, pelas quais não pagam quase nada, **obrigam os habitantes e os varejistas a comprar-lhes**, por um preço [na sua moeda] bastante elevado, superior ao dos mercados... Quase mais nada resta no país.’ [grifo nosso] (Panikkar 1977, 104-105).

A partir de 1805, a Companhia consolidou sua hegemonia na Índia e, na 3ª Guerra Anglo-Maratha (1813-23), conquistou a maior parte do Império (Maratha). Em 1835, o novo governo-geral promoveu uma nova reforma monetária, criando a rúpia de prata⁴⁰. Assim, enquanto autoridade central, a Companhia reorganizou o espaço monetário interno da Índia e subordinou-o na prática ao espaço monetário inglês. Na palavras de Guimarães,

37 “Assim, (...) Bengala, Bihar e Orissa no nordeste, as Circars Norte, mais abaixo na costa leste, Madras dentro do território de Carnataca, e Bombaim na costa oeste, constituíam os territórios da companhia britânica das Índias Orientais, em 1765” (Guimarães 2010, 64).

38 “(...) [a Companhia] não fez inicialmente grandes alterações no sistema tributário de Bengala, Bihar e Orissa, mantendo a estrutura de tributação e a forma de pagamento dos tributos existentes (...)” (Guimarães 2010, 115).

39 Panikkar (1977, 104).

40 “(...) que proclamava uma moeda única (Ato de 1835), a rúpia de prata, para todos os territórios sob o governo da companhia britânica das Índias Orientais (...)” (Guimarães 2010, 163).

A definição de uma unidade de conta única para os territórios britânicos na Índia também cumprirá o papel de facilitar a regulação da taxa de câmbio entre a rúpia e a libra por meio do mecanismo da venda de letras de câmbio da companhia pagáveis em libras em troca de rúpias. Assim, o mesmo movimento que afirmava a supremacia da rúpia da companhia sobre as demais unidades monetárias no subcontinente indiano afirmava também **a subordinação da rúpia à moeda do poder conquistador, a libra esterlina** [grifo nosso] (Guimarães 2010, 165).

Mas foi só depois da Revolta dos Cipayos (1857-59) que o Estado inglês assumiu o controle administrativo da Índia, retirando-a da Companhia⁴¹. Desde então “A Índia permaneceu, durante todo o fim do século XIX, a verdadeira vaca leiteira da Inglaterra: entregava à Grã-Bretanha matérias-primas que devia comprar depois sob a forma de produtos manufaturados” (Panikkar 1977, 151). Ao centro desse comércio arbitrário estava a libra.

O domínio inglês sobre a Índia no século XIX também servira de base à sua projeção na região da Ásia do Sul, ou seja, a outras áreas estratégicas para cerco e contenção dos povos do *Heartland* de que falou mais tarde MacKinder. Segundo Panikkar,

Já notamos o papel que a Índia representou na primeira guerra da China. (...) foi a partir da Índia que se efetuou a penetração britânica no Sinkiang (...) no Afeganistão (...). Foi graças à Índia, igualmente, que os ingleses anexaram a Birmânia, que intervieram na Pérsia e que, de modo geral, fizeram com que fosse reconhecida sua supremacia na costa da Arábia e no Golfo Pérsico (Panikkar 1977, 160).

No Sudeste da Ásia, os ingleses conquistaram: Cingapura (1819), Malaca (1824), Hong Kong (1842), Labuan (1846), Baixa Birmânia (1852) e Sarawak (1888)⁴². Para Ferguson,

Haviam sido percursos de uma corrida no Extremo Oriente, engolindo o norte de Bornéu, a Malásia e uma fatia da Nova Guiné, para não falar de uma cadeia de ilhas no pacífico: Fiji (1874), as ilhas Cook (1880), as Novas Héridas (1887), as ilhas Fênix (1889), as ilhas Gilbert e Ellice (1892) e as Salomão (1893) (Ferguson 2003, 256).

No caso da Birmânia, depois de sucessivas tentativas fracassadas, os ingleses conseguiram ocupar Rangum em 1826 e ameaçaram seguir em di-

41 The Times (1995, 230-231), Panikkar (1977, 107-108) e Guimarães (2010).

42 The Times (1995, 240-241).

No caso da África, antes de 1880, existiam poucas áreas no continente africano que eram colonizadas diretamente por europeus. No entanto, no final do século XIX, quase todo o território africano havia sido conquistado e dividido entre os países europeus, à exceção da Libéria e da Etiópia. O ponto de partida dessa partilha foi a Conferência da África Ocidental de 1884, ocorrida em Berlim. Inicialmente, sua pauta de negociações limitava-se à busca de regras a serem consideradas para a ocupação das costas africanas e para a navegação das bacias do Congo e do Níger. Porém, como resultado prático, deflagrou-se o processo de conquista territorial no continente, ao estabelecer como regra o critério de ocupação efetiva para garantir tanto o domínio territorial quanto a legitimidade de reivindicações de soberania.

Durante o período da Partilha da África (1880-1913), os europeus conseguiram assumir o controle direto sobre 36 das 40 colônias nascidas. Sob domínio inglês havia, além de Serra Leoa, Costa do Ouro e União da África do Sul: Egito (1882); Somália Britânica (1884); Bechuanaland (1885); África Leste Britânica (1888); Rodésia (1888-1895); Uganda (1890); Sudão (1898); e Nigéria (1914), formando inclusive o corredor do Cabo ao Cairo. (Figura 1)⁴⁴.

Em 1909, de acordo com levantamentos de alguns autores⁴⁵, o império britânico possuía algo em torno de 25% da população mundial (cerca de 440 milhões de súditos) e proporção semelhante das terras do planeta, 32,5 milhões de km². Em termos comparativos, o território do império britânico era três vezes maior do que o francês e dez vezes o alemão⁴⁶ (Metri 2017b). Como discutido anteriormente, a tributação e/ou o comércio exclusivo com a Inglaterra impuseram direta ou indiretamente sobre esses espaços geográficos a necessidade de se auferir libras.

Segundo o historiador Niall Ferguson, o Império Britânico contava ainda com uma quantidade expressiva de soldados e de bases navais espalhados por todo o mundo no final do Século XIX (Figura 2). De acordo com seus cálculos, havia: 99 mil soldados na Grã-Bretanha; 75 mil na Índia; 41 mil no restante do Império; outros 100 mil marinheiros distribuídos em posições estratégicas; um exército nativo de 148 mil homens na Índia; 33 estações navais de carvão espalhadas no mundo; e um conjunto de bases navais distribuídas pelos mais diversos corredores oceânicos e mais importantes mares, controlando, assim, a navegação global e permitindo a presença efetiva das forças armadas britânicas em diversos tabuleiros geográficos (Ferguson 2003, 261).

44 Dalziel (2006, 72-73) e The Times (1995, 236-237).

45 Ferguson (2003, 256), Parsons (1999, 6), Hodge (2008, 108) e O'Brien (2002, 209).

46 Ferguson (2003, 256), Parsons (1999, 6), Hodge (2008, 108) e O'Brien (2002, 209).

Figura 2: Bases Navais Imperiais Britânicas – 1898



Fonte: Adaptado de Ferguson (2003, 262).

Os Ciclos de Endividamento da América Latina e a Relação com os Estados Unidos

A Inglaterra fomentou a independência das colônias de outros países na América Latina, ocorrida durante as décadas de 1810 e 1820, deslocando as potências decadentes de Portugal e Espanha. Os banqueiros ingleses atuaram prontamente concedendo empréstimos (em libras) de maneira a prover o financiamento das necessidades de importação, viabilizando o processo de independência dos novos países e inserindo-os de imediato no território monetário inglês.

Em março de 1822, chegou a Londres um enviado de Simon Bolívar responsável por negociar um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas para a Nova República da Colômbia. Em maio do mesmo ano, foram concedidos empréstimos em libras também ao Chile, assim como para o Peru. A inserção Latino-americana no sistema financeiro internacional não ocorreu sem produzir um processo especulativo nas bolsas europeias, sobretudo na londrina, com a formação de uma bolha a partir de 1824⁴⁷. Seu estouro ocorreu em 1826, submetendo a região à sua primeira crise de dívida externa, uma vez que praticamente todos os seus países tornaram-se inadimplentes na moeda inglesa⁴⁸. Por conta do tipo de inserção dessas economias nacionais

47 Chancellor (1999, 123-125).

48 "In 1822, government bond issues were floated by Colombia, Chile, Peru, and the fictitious 'Poyais' with a face value of £3.65 million; in 1824, there were new issues by Colombia and

no sistema internacional, inaugurou-se desde então uma tendência crônica de ciclos de endividamento externo das economias latino-americanas. Desde a independência até a I Guerra Mundial, ocorreram quatro ciclos (todos em libras) que resultaram crises econômicas severas⁴⁹.

Os EUA, mesmo com sua independência em 1776, permaneceram dentro do território monetário inglês, não mais como colônia, pelo mecanismo da tributação e do comércio exclusivo, mas porque seguiram tendo uma relação funcional e privilegiada com a Inglaterra. “(...) os números indicam que foram os Estados Unidos que ocuparam, durante todo o século XIX, a principal posição dentro deste grupo de países que teve a vantagem de pertencer a uma espécie de ‘zona de co-prosperidade’ da Inglaterra” (Fiori 2004, 71).

O comércio exterior dos EUA seguiu dependente das casas bancárias britânicas e de seus financiamentos em libra. “The capital that financed most of America’s foreign trade (...) originated in London. (...) Foreign exchange meant the pound sterling and almost all bills of exchange to finance foreign trade **were drawn in it**” [grifo nosso] (Cummings 2009, 23). Ademais, os EUA foram o principal receptor de investimentos britânicos no século XIX⁵⁰. O recebimento desses capitais implicava transações em libras, por isto que, em 1834, os EUA aderiram de facto ao padrão libra-ouro, muito embora sua adesão de jure tenha ocorrido apenas em 1900. Os norte-americanos montaram um sistema monetário bimetálico cuja relação de preços entre os dois metais (ouro e prata) acabava por tornar a operação com base no ouro (entenda-se libra) a mais adequada, funcionando na prática como no padrão libra-ouro.

Os Tratados Desiguais com a China

O império chinês possuía o maior território e a maior população da Ásia de então, abarcando a China, a Mongólia, a Manchúria, o Tibete, o Turquestão, além de exercer influência sobre outras áreas como a península coreana (Panikkar 1977, 124).

Antes das Guerras do Ópio, para adquirir as cobiçadas mercadorias do Império do Meio e revendê-las nos mercados ocidentais, os comerciantes

Peru, plus Buenos Aires, Brazil and Mexico to the tune of £10.4 million; and in 1825, Peru (yet again) plus Brazil, Mexico, Guadalajara, and Central America issued bonds for a further £7.1 million. (...) As investors soon discovered, these issues were at best risky, at worst (in the case of Poyais) a fraud. When fiscal burdens escalated with the wars of independence and subsequent civil wars, a wave of defaults ensued, with all bond issues in default by 1827” (Paolera e Taylor 2012, 2).

49 Paolera e Taylor (2012, 2).

50 Para maiores detalhes ver: Fiori (2004, 70-75).

européus, restritos ao porto de Cantão, precisavam encontrar algo para o qual houvesse demanda na China, de forma a obter a moeda local, por meio da qual conseguiam comprar os cobiçados produtos.

Os europeus praticamente nada tinham para vender em troca das imensas quantidades de seda, de chá e de ruibardo que compravam. O grande problema sempre consistira em encontrar algo que pudesse responder às necessidades chinesas e evitar as exportações de ouro que até então haviam servido para equilibrar a balança comercial. (Panikkar 1977, 125).

Isto porque a libra não tinha validade no espaço político-territorial chinês. Tampouco havia mercado de câmbio, ou centros financeiros para compensação de letras de câmbio que envolvessem as duas moedas. Como discutido anteriormente, prevalecia o princípio de que uma mercadoria puxava outra⁵¹.

Num primeiro momento, a estratégia adotada pela Companhia Inglesa das Índias Orientais baseou-se na plantação de ópio na Índia e no seu comércio ilegal na China. Isto funcionou bem por um tempo. “No primeiro quartel do século XIX, o ópio tornou-se a parte mais importante das importações europeias na China. Em 1818 representava apenas 17% das importações britânicas na China, em 1833, só 16 anos depois, já constituía a metade” (Panikkar 1977, 126). A Inglaterra conseguia as receitas em moeda local que lhe permitiam adquirir produtos chineses. Num segundo momento, em função da própria reação das autoridades chinesas contra o expressivo crescimento do tráfico de drogas em seu território, os ingleses partiram para a retaliação e a guerra contra a China.

Na 1ª Guerra do Ópio (1840-42), com a derrota chinesa para as forças britânicas, ficou definido, pelo Tratado de Nanquim⁵² de 1842, que: a Ilha de Hong-Kong passava a ser domínio inglês; haveria a abertura de cinco portos (Cantão, Amói, Fuchou, Ningpo e Xangai)⁵³; o fim do monopólio Co-Hong (associação de mercadores urbanos chineses que detinham o monopólio mer-

51 “Para adquirir os produtos asiáticos em uma época em que não havia um padrão monetário internacional e a libra não tinha aceitação nos principais mercados da Ásia [século XVIII], a companhia inglesa precisava levar da Inglaterra produtos para vender neste mercado” (Guimarães 2010, 50).

52 Disponível em: <http://www.international.ucla.edu/asia/article/1842>.

53 “Posta de lado a anexação de Hong Kong, a clausula principal do tratado, que em seguida haveria de estruturar todas as relações da China com os potências ocidentais, era a que abria ao comércio cinco portos ‘onde os mercadores estrangeiros poderiam vir a instalar-se com suas famílias para prosseguir suas atividades comerciais sem restrição e com toda esperança’” (Panikkar 1977, 133).

cantil de Cantão); e a imposição de uma série de indenizações denominadas em *dólares de prata*, uma das unidades monetárias utilizadas pelo Império Chinês (artigos 4º ao 7º do Tratado)⁵⁴. Tal fato de imediato resolvia o problema de se obter a moeda local para aquisição dos cobiçados produtos chineses.

A 2ª Guerra do Ópio seguiu a mesma dinâmica, com um novo tratado desigual, o de Tientsin (1858), onde ficou definido, dentre outras coisas: a abertura de onze novos portos; a concessão de extraterritorialidade aos estrangeiros europeus; e a livre circulação de comerciantes no território chinês. No caso das indenizações, estas foram definidas em *taels*, uma outra unidade monetária chinesa⁵⁵, em artigo único no tratado assinado com a Inglaterra; e nos artigos 4º e 5º do tratado assinado com a França. Com a Rússia e os Estados Unidos, não houve cláusulas indenizatórias que envolvessem contrapartidas monetárias. A ratificação dos diversos tratados ocorreu na Convenção de Pequim de 1860. Em seu 3º artigo, determinaram-se indenizações denominadas em *taels* “ainda mais elevadas que dantes” (Panikkar 1977, 140). Desde então,

A China abria assim um novo capítulo de sua longa história, capítulo caracterizado por sua submissão e dependência em relação aos representantes das grandes potências. Ao abrigo dos tratados que interpretavam de modo bem amplo, se preciso pela força, essas potências se arrogaram direitos, privilégios, dignidades e prerrogativas que acumulados durante 50 anos, acabaram por formar um código particular de leis internacionais que controlavam praticamente todos os aspectos da vida chinesa (Panikkar 1977, 168).

Os Títulos de Dívida Soberana na Europa e a Ameaça Francesa à Libra

Ao término das Guerras Napoleônicas, em 1815, o governo britânico havia emitido mais de 400 milhões de libras em obrigações, o que proporcionou oportunidades para um enriquecimento acelerado de alguns. Destacaram-se, sobretudo, a ascensão das casas dos Baring Brothers e dos Rothschilds. Com o fim da guerra, estes tiveram que buscar novas oportunidades para ganhos financeiros. Aos Barings coube negociar as dívidas de reparação com a França, cedendo-lhes empréstimos em 1817⁵⁶. Por sua vez, os Rothschilds

54 Debin Ma (2012, 3).

55 Debin Ma (2012, 3).

56 Landes (2007, 20) e Chancellor (1999, 122).

tornaram-se os banqueiros da Santa Aliança, negociando ajuda financeira às autoridades centrais da Prússia (1818), Rússia (1822) e Áustria (1822), em razão do esforço de guerra. Pela primeira vez na história das finanças internacionais, autoridades centrais emitiram títulos de dívida soberana denominados em moeda estrangeira (ou indexados a ela, como no caso russo), ou seja, em libras esterlinas⁵⁷.

First, they introduced the issuance of **sterling-denominated foreign government bonds** to the London market. The bonds issued by the Rothschilds in 1818 and 1822 would become the template for initial public offerings of sovereign bonds for more than a century – a century that would see London flourish as a center for cross-border capital flows on a scale undreamt of in eighteenth-century Holland [grifo nosso] (Ferguson 2005, 314).

Porque a liquidação desses títulos de dívida se fazia por meio da moeda inglesa, os estados emissores desse tipo de instrumento financeiro tornaram-se obrigados a obtê-la de algum modo, submetendo-se ao território monetário inglês.

Na segunda metade do século XIX, a França tentou rivalizar com a Inglaterra, que já se encontrava numa etapa avançada de internacionalização de sua moeda, quando, em 1865, Napoleão III propôs a adoção de um outro padrão de valor universal e uma nova cunhagem uniforme. Sugeriu a construção de um sistema monetário internacional alternativo ao projeto inglês, cuja moeda de conta e de denominação universal seria o franco francês, amparado num padrão bimetálico, baseado no ouro e na prata. Para tanto, patrocinou uma Conferência em 1865, onde propôs a formação da União Monetária Latina, cujos participantes iniciais foram a Itália, parte da Suíça (a de influência francesa) e a Bélgica. No ano seguinte, a União Monetária Latina foi, de fato, criada e contaram com a adesão dos Estados Papais. Em 1867, Grécia e Bulgária também aderiram, mas Alemanha e Inglaterra manifestaram sua oposição⁵⁸.

Esta disputa só se definiu com a Guerra Franco-Prussiana (1870-71), ocasião em que os alemães contaram com apoio e financiamento inglês para vencer as forças militares francesas. As dívidas de reparação de guerra impostas à França no Tratado de Paz de Frankfurt de 1871 foram determinadas em *franco de ouro*, moeda francesa cunhada com paridade fixa ao ouro, o que permitiu os alemães se valerem das indenizações para estabilizar a adesão do marco ao padrão libra-ouro. “A indenização paga pela França à Alemanha em

57 Ferguson (2005, 319-325) e Chancellor (1999, 122).

58 Chown (1994, 84-88).

decorrência da derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana constituiu-se na base do marco, a nova unidade monetária alemã baseada no ouro [libra]” (Eichengreen 1996, 41). Os franceses emitiram títulos de dívida perpétuos subscrito pelos Rothschilds, negociados em grande medida fora da própria França. Naufragava junto com o exército de Napoleão III o projeto de universalização do franco francês, uma iniciativa explícita de enfrentamento da libra.

A Encruzilhada Alemã e a Consagração da Libra em 1871

O enquadramento alemão seguiu por caminhos distintos. Naquele momento, a Inglaterra já havia dominado importantes espaços estratégicos e zonas de acumulação acelerada de riqueza em âmbito global, que incluíam o subcontinente indiano, portos e posições estratégicas do Império Chinês, grande parte dos países Latino-Americanos, que já operavam dentro do padrão libra-ouro, além dos EUA e Canadá, América Central, algumas partes da África e da Oceania. Diante desta geografia monetária, à Alemanha restava escolher entre: (i) a adesão ao território monetário inglês a fim de acessar tais zonas, realizando exportações de capitais, transações comerciais e financeiras; ou (ii) a não adesão ao padrão libra-ouro, ou seja, o isolamento de sua economia nacional, que representava, na verdade, um veto às possibilidades de expansão germânica. Nesse contexto e de acordo com Bernstein, a Alemanha teve que aderir à libra.

(...) para suprir a crescente demanda por libras esterlinas que seriam usadas para pagar as matérias-primas importadas das províncias do Império Britânico. Ludwing Bamberger [convocado por Bismark para as discussões de Paz] (...) fez grande confissão ao declarar: *‘Nós escolhemos o ouro não porque o ouro seja o ouro, mas porque a Grã Bretanha é a Grã-Bretanha.’* [grifo nosso] (Bernstein 2001, 266).

A entrada da Alemanha ao padrão libra-ouro após a Guerra Franco-Prussiana não ocorreu sem críticas e consciência de seu ônus acerca das consequências que se imporiam à Alemanha. Beilchroder, banqueiro alemão, disse a Bismark que o ingresso exclusivo (formal) da Alemanha ao padrão-ouro a tornaria dependente do mercado de ouro da Inglaterra, ou seja, das manipulações das taxas de juros do Banco da Inglaterra, em outras palavras da política monetária inglesa⁵⁹.

59 “The chief proponent of the gold standard in Germany was Ludwig Bamberger ‘virtual founder of the Reichsbank’. He was opposed by Bleichroder, (amongst others) who: ‘...knew how to appeal to Bismarck on this highly technical issue. In 1874 he warned him that the early introduction of an exclusive gold standard would make Germany dependent on the British gold

Por sua vez, a adesão germânica, em razão do peso de sua economia, já a principal potência industrial europeia na época, arrastou consigo grande parte dos países do continente, sobretudo os mais próximos a ela, com sólidas relações comerciais, financeiras e de investimento.

Dinamarca, Holanda, Noruega, Suécia e os países da União Monetária Latina foram os primeiros a aderir ao padrão ouro. Eram todos países próximos da Alemanha; todos mantinham relações comerciais com os alemães e a decisão da Alemanha afetava sensivelmente o próprio interesse econômico de cada país nesse grupo. Outras nações seguiram o mesmo caminho (Eichengreen 1996, 43).

Como resultado geral é possível depreender que, no final do Século XIX, as reservas internacionais da maior parte dos países eram compostas por haveres monetários, sobretudo a moeda inglesa. Segundo Eichengreen, só a libra correspondia a 43% das reservas no ano de 1899 (Eichengreen 1996, 48). O autor chama atenção também ao fato de que os países “podiam manter uma parte de suas reservas em títulos do Tesouro Britânico ou depósitos bancários em Londres” (Eichengreen 1996, 48). Ou seja, como descrito anteriormente, a internacionalização de uma moeda acaba por drenar para seu sistema financeiro nacional recursos de outros países, criando vantagens às suas instituições financeiras nacionais.

Conclusão

A partir do Século XVI a Inglaterra deixou de se orientar por lutas territoriais fronteiriças no continente e passou a se dirigir pela preservação do equilíbrio de poder europeu e pela sua projeção além-mar. A sua nova geoestratégia passou a dar prioridade a posições no globo em detrimento de territórios no continente europeu, permitindo à Inglaterra construir um Império Colonial, cujo efeito foi também ampliar a área de circulação da moeda inglesa, uma vez que essas áreas passaram a ter a necessidade de auferi-la de modo a viabilizar ou o pagamento de tributos à coroa, ou para aquisição de produtos importados derivados do exclusivismo comercial.

Ademais, mediante a utilização de seu poder militar, a Inglaterra conseguiu compelir outras nações independentes a se inserirem formalmente ao seu território monetário, através ou de acordos de natureza econômica ou pelo domínio de áreas estratégicas.

De tal modo, a libra esterlina tornou-se a moeda de cotação, liquidação

market, which the British defended by raising rates’ (Stern 1977, 180-1)” (Chown 1994, 90-91).

e reserva de valor para todo o sistema econômico internacional sobretudo depois da Guerra Franco-Prussiana em 1871. A ascensão da libra como moeda de referência internacional não decorreu da credibilidade ou reputação de suas autoridades, muito menos da escolha dos agentes que atuavam nos mais diversos mercados internacionais. Tratou-se, todavia, de uma construção de poder, associada à conquista de um império colonial, monopólios comerciais, posições estratégicas à acumulação de poder e riqueza.

REFERÊNCIAS

- Armstrong, Rodrigo Penteado. 2014. *“O Pomo da Discórdia: A Colônia de Santíssimo Sacramento e a Rivalidade entre Portugal e Espanha no Sistema Interestatal do Século XVIII”*. MSc dissertation, Federal University of Rio de Janeiro.
- Batista, Felipe de Alvarenga. 2013. *“Os Tratados de Methuen de 1703: guerra, portos, panos e vinhos”*. MSc dissertation, Federal University of Rio de Janeiro.
- Bernstein, Peter L. 2001. *O Poder do Ouro*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Braudel, Fernand. 1990. *História e Ciências Sociais*. Lisbon: Editorial Presença.
- _____. 1998. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV–XVI–II, vol. 03: O Tempo do Mundo*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- _____. 2000. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. London: Haeper Collins Publisher Ltd.
- Chancellor, Edward. 1999. *Salve-se Quem Puder*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chown, John F. 1994. *A History of Money: from AD 800*. London: Routledge & Institute of Economic Affairs.
- Cummings, James W. 2009. *Towards modern public finance: the American war with Mexico, 1846–1848*. London: Pickering & Chatto.
- Dalziel, Nigel. 2006. *The Penguin Historical Atlas of the British Empire*. London: Penguin Books.
- Eichengreen, Barry. 1996. *A Globalização do Capital*. São Paulo: Editora 34 Ltda.
- Elias, Norbert. 1993. *O Processo Civilizador, vol. 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Ferguson, Niall. 2003. *Império*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.
- _____. 2005. *“The First ‘Eurobonds’: the Rothschilds and the financing of the*

- Holy Alliance, 1818-1822*". In *The Origins of Value*. New York: Oxford University Press.
- Fiori, José Luís. 2004. *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Goodlad, Graham. 2000. *British foreign and imperial policy, 1865-1919*. London: Routledge.
- Gottmann, Jean. 1975. "The evolution of the concept of territory". *Social Science Information* 14 (3): 29-47.
- Guimarães, Andréa Bastos da Silva. 2010. "A Companhia das Índias Orientais e a Conquista Britânica da Índia: Terra, Tributo, Comércio e Moeda 1765-1835". PhD thesis, Federal University of Rio de Janeiro.
- Helleiner, Eric, and Jonathan Kirshner. 2009. *The future of the dollar*. Ithaca: Cornell University Press.
- Hodge, Carl. 2008. *Encyclopedia of the age of imperialism: 1800-1914*. London: Greenwood Press.
- Hobbes, Thomas. 1983. *O Leviatã – Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Editora Civita.
- Hobsbawm, Eric. 2000. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Kennedy, Paul. 1989. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Kissinger, Henry. 2007. *Diplomacia*. Lisbon: Gradiva.
- Knapp, Georg Friedrich. 2003. *The State Theory of Money*. San Diego: Simon Publications.
- Lacoste, Yves. 2008. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus Editora.
- Landes, David. 2007. *Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais*. Rio de Janeiro: Editora Campus & Elsevier.
- Ma, Debin. 2012. "Money and Monetary System in China in 19-20th Century: an Overview". In *Encyclopedia of Financial Globalization*. New York: Elsevier.
- Mackinder, Halford John. 1902. *Britain and the British Seas*. Oxford: Clarendon Press.
- _____. 1904. "The Geographical Pivot of History". *Geographical Journal* 23 (1904): 421-44.
- Mello, Leonel Itaussu Almeida. 2011. *Quem tem Medo da Geopolítica*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Metri, Mauricio. 2014. *Poder, Riqueza e Moeda na Europa Medieval*. Rio de

- Janeiro: Editora FGV.
- _____. 2015. “A Ascensão do Dólar e a Resistência da Libra: uma disputa político-diplomática”. *Revista Tempo do Mundo* 1: 65-92.
- _____. 2017a. “A Diplomacia Monetária dos Estados Unidos nos Anos Setenta”. *Revista Tempo do Mundo* 3 (1): 155-179.
- _____. 2017b. “As Relações Anglo-Irlandesas em Perspectiva Histórico-Geográfica”. *Revista da Escola de Guerra Naval* 23 (1).
- O’Brien, Patrick. K. 2002. *Philip’s Atlas of World History – Concise Edition*. London: Octopus Publishing Group.
- Ogg, David. 1984. *England in the Reign of Charles II*. Oxford: Oxford University Press.
- Panikkar, Kavalam Madhava. 1977. *A Dominação Ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Paolera, Gerardo della, and Alan M. Taylor. 2012. *Sovereign Debt in Latin America, 1820–1913*. *Department of Economics Working Paper*, n. 2012/18, CEU and Universidade de San Andrés, Buenos Aires.
- Parsons, Timothy. H. 1999. *The British Imperial Century, 1815-1914: a world history perspective*. Maryland: Roman & Littlefield Publishers.
- Silva, Abílio Diniz. 2003. “D. Luís da Cunha e o Tratado de Methuen”. *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA* 4: 84.
- Smith, Adam. 2003. *A Riqueza das Nações (1776)*, vol. 02. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- The Times. 1995. *Atlas da História do Mundo*. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A.
- Tilly, Charles. 1996. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora USP.

RESUMO

O propósito deste artigo é analisar o processo histórico de ascensão da libra esterlina à condição de moeda de referência internacional no final do século XIX. Pretende-se mostrar que, à medida que a Inglaterra, orientada por sua geoestratégia e por meio da diplomacia e da guerra, conseguia conquistar um império colonial e negociar tratados internacionais favoráveis, construía também um território monetário internacional baseado em sua moeda.

PALAVRAS-CHAVE

Geopolítica Britânica; Territórios Monetários; Libra Esterlina.